

ACTA
da
Reunião de negociação com o
Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional

Acta n.º 30

Aos 14 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente da Direcção, Secretário-Geral e 1.º Vogal do Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional (SICGP), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça (MJ), os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça (SSMJ), transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular relevância em matéria remuneratória.

A reunião iniciou-se pelas 10h35 com a discussão do primeiro projecto, tendo o Senhor SEJMJ esclarecido que foi aprovado em Conselho de Ministros na generalidade a fim de permitir a respectiva negociação. Salientou ainda que a ADSE dispõe de uma rede nacional mais abrangente do que a actual rede dos serviços sociais do Ministério da Justiça. Tendo o SICGP questionado se iria haver alguma negociação das tabelas com as clínicas convencionadas com a ADSE, o Senhor SEJMJ esclareceu que a negociação das tabelas é da competência do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) e que as mesmas serão discutidas no quadro da reestruturação da ADSE que está a ser promovida pelo MFAP. Salientou contudo que o Senhor MJ não deixará de ter em consideração as preocupações dos trabalhadores do Ministério da Justiça e terá um papel importante no acompanhamento da negociação das mesmas. Destacou ainda que a nova versão reforçará o princípio da continuidade dos tratamentos.

O SICGP destacou a importância de se manter a assistência clínica, em particular em situação de doença crónica ou do foro psiquiátrico, o que o Senhor SEJMJ confirmou estar salvaguardado, atenta a preocupação de não haver interrupções nos tratamentos.

Relativamente à fusão da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais com a Direcção-Geral da Reinserção Social, o SICGP alertou para a gradual perda de autoridade por parte do corpo de guardas e para os crescentes casos de agressões físicas e verbais a guardas prisionais, que têm ocorrido diariamente, para o que tem contribuído o facto de o sistema ter passado a ser gerido com a nova lei de execução de penas numa perspectiva de reinserção social, pelo que em caso de agressão o recluso já não pede desculpa ao guarda, mas ao chefe de guardas ou ao director – e já não ao guarda prisional. O chefe de guardas deveria poder também, no desempenho das suas funções, vetar a ordem do director de dispensa de algemas quando o guarda prisional o recomende, pois é este que convive diariamente com o recluso e se apercebe da realidade. O SICGP alertou também para o risco de se balizar o mundo prisional numa base de mera reinserção social e de não se aproveitar o actual processo de fusão para atribuir mais competências e reforçar a posição dos guardas prisionais dentro das carreiras, sobretudo por que quem conhece o recluso por conviver diariamente com ele não é o funcionário da

reinserção social mas sim o guarda prisional, que convive com ele durante anos, 24 horas por dia. Ora, o guarda prisional nunca é ouvido apesar de, na prática, a sua missão coincidir com a do funcionário da reinserção social: o mundo prisional é uma realidade muito complexa, os reclusos desabafam com os guardas prisionais, que consideram o seu ombro amigo. É nestes aspectos que, tudo combinado, o SICGP entende que os guardas prisionais se encontram subaproveitados na dinâmica da reinserção social.

Encerrada a negociação nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, procedeu-se de seguida à discussão das normas da PLOE/2011 com particular relevância em matéria remuneratória, tendo o SICGP enunciado algumas das preocupações que afectam o corpo dos guardas prisionais, em particular no que se refere (i) ao provimento em falta, na sequência de concurso já concluído; (ii) ao não funcionamento do sistema de classificações e de antiguidade; (iii) às promoções em falta, entre outras.

Por último, foi acordada a realização de uma reunião no dia 22 de Outubro de 2010, pelas 15h00, visando a conclusão da discussão das disposições da PLOE/2011 com incidência remuneratória.

O Senhor SEJMJ deu por finda a reunião pelas 11h40.

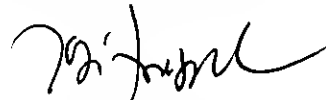
Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 14 de Outubro de 2010,

Pelo Sindicato Independente do
Corpo da Guarda Prisional,
O Presidente da Direcção,

Júlio Dinis Guedes Rebelo

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,



José Magalhães